



**Provas Especialmente Adequadas Destinadas a Avaliar a Capacidade
para a Frequência dos Cursos Superiores do Instituto Politécnico de Leiria dos
Maiores de 23 Anos – 2014**

**Prova escrita de conhecimentos específicos
De HISTÓRIA**

Instruções gerais

1. A prova é constituída por **6** grupos de questões, devendo ser respondidas apenas **4**, à sua escolha.
2. A duração da prova é de 2 horas, estando prevista uma tolerância de 30 minutos;
3. Só pode utilizar para elaboração das suas respostas, e para efetuar os rascunhos, as folhas distribuídas pelo docente vigilante, salvo se previsto outro procedimento;
4. Não utilize qualquer tipo de corretor. Se necessário risque ou peça uma troca de folha;
5. Não é autorizada a utilização de quaisquer ferramentas de natureza eletrónica (telemóvel, pda, computador portátil, leitores/gravadores digitais de qualquer natureza ou outros não especificados);
6. Deverá disponibilizar ao docente que está a vigiar a sala, sempre que solicitado, um documento válido de identificação (cartão de cidadão, bilhete de identidade, carta de condução ou passaporte);
7. A seguir ao número de cada questão encontra entre parênteses a respetiva cotação.

Leiria, 31 de maio de 2014

Grupo 1

“(…) Durante a Primavera e o Verão de 1220, partiram de Coimbra e de Guimarães duas comissões de doze membros cada, para, em nome do rei, solicitarem e ouvirem os depoimentos dos moradores de várias centenas de vilas e aldeias do Minho e do Douro e Beira litorais acerca da identidade dos proprietários dos templos que serviam as suas povoações, e o elenco e a natureza dos bens localmente detidos pelas instituições eclesiásticas e pela coroa, pedindo-lhes, neste último caso, para explicitarem quais as rendas e os direitos por eles devidos à realeza. Tratava-se, em suma, do desenrolar das primeiras inquirições gerais organizadas no reino, implicando, quer a solene audição de declarações obtidas após um juramento sobre os Santos Evangelhos, quer a posterior elaboração de actas onde se sintetizaram por escrito as informações obtidas sobre os padroados, bens das igrejas, reguengos e foros existentes em cada freguesia percorrida.”

Luís Krus, “Inventariar”, in *Memória de Portugal – O Milénio Português*, dir. Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Círculo de Leitores, Lisboa, 2001, p. 126

1. Partindo da análise do texto, indique os principais mecanismos de centralização do poder real implementados em Portugal nos séculos XIII e XIV. [5 valores]

Grupo 2

“(…) A igreja românica aparece como cidade santa fortificada, prefiguração terrestre da Jerusalém celeste, exibindo as suas muralhas de pedras preciosas, ilhéu de pureza espiritual no meio da ameaçadora confusão do mundo. (...) Se o românico foi a arte do muro, o gótico é a arte do traço e da luz, sem dúvida um sinal de relacionamento com um mundo mais aberto, menos preocupado com o contacto com as realidades mundanas, presentes mesmo às portas das catedrais. (...) A catedral e a cidade mantêm entre si uma relação, por vezes, íntima e ambígua: visível de muito longe, emblema da cidade e da sua interacção crescente com os campos adjacentes, a catedral parece simultaneamente dominar a cidade, quase esmagando-a pelas suas dimensões, o que não é talvez mais do

que uma forma de tornar sensível o poder de uma instituição eclesiástica agora triunfante.”

Jérôme Baschet, *La Civilisation Féodale – De L’an mil à la colonisation de l’Amérique*, 3ª ed., Flammarion, Paris, 2006, pp. 267-278.

2. Integre a análise do texto numa caracterização das grandes transformações operadas no seio da civilização medieval na passagem do Românico ao Gótico. [5 valores]

Grupo 3

“A eclosão dos movimentos revolucionários de 1820 foi possível graças à conjugação de uma multiplicidade de factores de ordem conjuntural e estrutural, entre os quais avulta a insatisfação de diferentes sectores sociais perante a situação de dependência económica em que o Reino e seus domínios se encontravam e perante a permanência de bloqueios que impediam um pleno desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais.

A instauração de um novo regime de monarquia constitucional e de uma nova forma de exercício da soberania criou condições institucionais e políticas para o desmantelamento das bases em que assentava o edifício económico e social do antigo regime, ao mesmo tempo que criou a convicção de que era possível erguer um novo e regenerado modelo de desenvolvimento.

Apesar de ter como propósito fundamental a elaboração de um código constitucional, o «Soberano Congresso» discutiu e legislou sobre os mais diversos domínios da vida social, procurando dar forma de lei a tudo o que carecia de regulamentação e procurando responder ao conjunto de solicitações emanadas de uma sociedade civil efervescente e ávida de soluções para os seus problemas individuais e colectivos”.

Cardoso, José Luís, “A legislação económica do vintismo: economia política e política económica nas Cortes Constituintes”, in *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991, pp. 471-472.

3. Explique as afirmações de José Luís Cardoso, atendendo quer aos condicionalismos que conduziram à Revolução de 1820, quer à ação dos vintistas no sentido do “desmantelamento das bases em que assentava o edifício económico e social do antigo regime”. [5 valores]

Grupo 4

“O liberalismo desconfia radicalmente do Estado e do poder, e todo o liberal subscreve a afirmação de que o poder é mau em si mesmo, a sua utilização **perniciosa, e assim como é necessário adaptar-se-lhe, é também preciso reduzi-lo** na medida do possível. O liberalismo rejeita portanto, sem reserva, todo o poder absoluto e, sendo a monarquia absoluta a forma ordinária de poder no início do século XIX, é contra ela que ele combate. (...)

Desconfiança do Estado, desconfiança do poder, a desconfiança não é menor em relação aos grupos e corpos sociais, a tudo aquilo que ameace sufocar a iniciativa do indivíduo. (...) O liberalismo manifesta-se contra as autoridades intelectuais ou espirituais, (...).

(...) o liberalismo aparece, no século XIX, como uma doutrina subversiva. De facto, é uma força verdadeiramente revolucionária, com um impulso que implica a rejeição das autoridades, que condena todas as instituições que sobreviveram à tempestade revolucionária ou foram repostas pela restauração e que é portador da destruição da ordem antiga”.

René Rémond, *Introdução à História do Nosso Tempo*, Gradiva, Lisboa, 1994, pp. 147-8.

4. A partir do exposto no texto, refira-se, fundamentadamente, ao legado do liberalismo na primeira metade do século XIX. [5 valores]

Grupo 5

A propósito da campanha eleitoral de 1958, Rolando Galvão lembra um episódio que presenciou, junto do candidato da oposição:

“O Café Chave de Ouro está repleto. Estamos a 10 de Maio de 1958, a um mês das eleições para a Presidência da República. Primeiro acto público com a presença do Candidato Humberto Delgado depois de iniciado oficialmente o período eleitoral.

À nossa volta personalidades de todos os matizes políticos que se opõem ao regime salazarista. E certamente não só. A Polícia Política, de uma forma ou de outra não deixará de aí ter ouvidos e olhos para, como usualmente, saber o que se passa e com quem se passa... “

5. Refira-se à importância desta candidatura para o regime salazarista. [5 valores]

Grupo 6

Para Fernando Rosas

“ O marcelismo era, na realidade, a expressão do triunfo tardio de uma nova corrente reformista dentro do Estado Novo, surgida no rescaldo da II Guerra Mundial, e que, em 1968, após acidentes vários e algumas oportunidades ingloriamente perdidas, chegava finalmente ao poder. Iria deixar fugir, também, desta feita, a última *chance* de conduzir o regime por um processo de transição.”

“Marcelismo”, *Dicionário do Estado Novo*

6. Comente o texto, justificando as opiniões que emitir. [5 valores]